

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. Este Termo de Referência foi elaborado de acordo com a **Lei Federal 14.133/21**, com base nas indicações do **Estudo Técnico Preliminar**, prestando as informações necessárias para o melhor atendimento à execução da obra descrita a seguir.

### 2. OBJETO

2.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE TRAILERS SANITÁRIOS, INCLUINDO O TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E DESCARTE DE RESÍDUOS, CONFORME CARACTERIZADO E ESPECIFICADO EM MEMORIAL DESCRITIVO**, conforme descritivo, caracterizado e especificado neste Termo de Referência.

### 3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Município de Barueri mantém um calendário contínuo de eventos realizados em diferentes espaços públicos, muitos dos quais não dispõem de infraestrutura sanitária permanente suficiente para atender ao público estimado. Diante desse cenário, torna-se necessária a contratação de serviços de locação de trailers sanitários, com vistas a assegurar condições adequadas de higiene, salubridade e conforto para visitantes, organizadores e trabalhadores envolvidos nos eventos.

3.2. Além de cabines sanitárias convencionais, é necessário a disponibilização de unidades acessíveis destinadas a pessoas com deficiência, de modo a garantir condições adequadas de acessibilidade, segurança e uso autônomo. Tal exigência decorre do cumprimento da Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência, que estabelece a obrigatoriedade da acessibilidade em eventos realizados em espaços públicos ou de uso coletivo.

3.3. A utilização destes sanitários envolve potenciais impactos ambientais relacionados ao consumo de água, à geração de efluentes



sanitários e resíduos sólidos, bem como a eventuais incômodos visuais e olfativos. Assim, a contratação deverá observar critérios de sustentabilidade, exigindo-se o uso de equipamentos com tecnologias de baixo consumo de recursos, produtos biodegradáveis e padrões adequados de controle ambiental.

3.4. O Município de Barueri realiza, de forma recorrente, diversos eventos públicos de natureza cultural, esportiva, institucional, educacional e comemorativa, distribuídos ao longo do calendário anual e promovidos em diferentes espaços urbanos, como praças, parques, vias públicas e equipamentos municipais. Tais eventos, muitas vezes de médio e grande porte, concentram significativo fluxo de público em períodos determinados, demandando infraestrutura temporária adequada para assegurar organização, segurança, conforto e atendimento às normas sanitárias e ambientais vigentes.

3.5. Desta forma, solicitamos a abertura de processo licitatório para a **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE TRAILERS SANITÁRIOS, INCLUINDO O TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E DESCARTE DE RESÍDUOS, CONFORME CARACTERIZADO E ESPECIFICADO EM MEMORIAL DESCRITIVO.**

#### **4. DA DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

4.1. A presente contratação tem por objeto a **locação eventual de trailers sanitários**, incluindo o fornecimento dos equipamentos, transporte, instalação, operação, limpeza, higienização, manutenção, coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, destinados ao atendimento de eventos públicos realizados em diversos locais do Município de Barueri, conforme planejamento e demanda das secretarias responsáveis pela organização e fiscalização dos eventos.

4.2. A solução proposta tem como objetivo garantir condições adequadas de higiene, saúde pública, conforto, segurança e acessibilidade aos usuários dos eventos, assegurando o atendimento às normas sanitárias, ambientais e de acessibilidade vigentes, bem como a mitigação dos impactos ambientais decorrentes da geração de efluentes sanitários em locais desprovidos de infraestrutura fixa.



4.3. A execução do objeto compreende a disponibilização de trailers sanitários móveis, devidamente equipados e em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, devendo a contratada responsabilizar-se por todas as etapas operacionais necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos durante o período de utilização. Tais etapas incluem o transporte até o local do evento, a instalação adequada, o nivelamento e estabilização dos trailers, a operação contínua, a limpeza e higienização periódica, o fornecimento de insumos, a manutenção preventiva e corretiva, bem como a coleta, o transporte e a destinação final dos resíduos sanitários em locais devidamente licenciados.

4.4. Considerando a variabilidade da demanda e a impossibilidade de definição prévia e precisa dos quantitativos, períodos e locais de utilização, a contratação será viabilizada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, permitindo que a Administração realize as contratações de forma escalonada e conforme a necessidade efetiva, evitando a imobilização desnecessária de recursos públicos e assegurando maior eficiência, flexibilidade e economicidade.

4.5. Os trailers sanitários a serem disponibilizados contemplarão diferentes tipologias e capacidades, de modo a atender eventos de distintos portes, devendo incluir unidades acessíveis, garantindo o atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com as normas de acessibilidade vigentes. A solução adotada assegura, ainda, a continuidade dos serviços durante todo o período dos eventos, com equipe técnica e operacional compatível com a demanda, sob responsabilidade da contratada.

4.6. O serviço envolve atividades técnicas que exigem planejamento operacional, controle sanitário, gestão ambiental de resíduos e logística especializada, caracterizando-se como **serviço de engenharia de natureza comum**, uma vez que se baseia em práticas consolidadas, amplamente disponíveis no mercado, não se tratando de serviço singular ou que demande alto grau de especialização exclusiva, desde que observadas as especificações técnicas e normativas estabelecidas.

4.7. A solução proposta encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e transparência, garantindo que a Administração disponha de infraestrutura



sanitária temporária adequada para a realização de eventos públicos, com segurança jurídica, controle ambiental e atendimento ao interesse público.

4.8. A licitação será executada sob o **regime de empreitada por preço unitário**, nos termos do art. 6º, inciso XLII, e art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Nesse regime, a Administração remunera a contratada de acordo com os quantitativos efetivamente executados, mediante a aplicação dos preços unitários ofertados na licitação, o que assegura maior controle, economicidade e transparência. A adoção do preço unitário mostra-se a solução mais adequada para garantir a correta execução contratual, a justa medição dos serviços e a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste, em conformidade com os princípios da eficiência e da legalidade.

## **5. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO**

5.1. A admissão da participação de empresas em consórcio, no presente procedimento de registro de preços, mostra-se tecnicamente adequada e alinhada ao art. 15 da Lei nº 14.133/2021, considerando as características do objeto licitado.

5.2. Trata-se de contratação que envolve a locação de trailers sanitários com prestação de serviços associados, incluindo transporte, instalação, manutenção operacional, higienização contínua e descarte adequado de resíduos. Esse conjunto de atividades demanda a integração de diferentes competências técnicas e operacionais, que nem sempre se encontram concentradas em uma única empresa.

5.3. A execução do objeto exige, de forma concomitante:

- logística especializada para mobilização e desmobilização dos equipamentos;
- infraestrutura adequada para instalação e funcionamento dos trailers;
- equipe técnica capacitada para limpeza, higienização e manutenção;



- gestão ambientalmente adequada dos resíduos gerados, inclusive com destinação final conforme normas sanitárias e ambientais.

5.4. Nesse contexto, a formação de consórcios permite a complementariedade de expertises, possibilitando a união de empresas com atuações específicas (por exemplo, locação de equipamentos, transporte especializado e gestão de resíduos), o que contribui para a execução mais eficiente e segura do objeto.

5.5. Além disso, por se tratar de registro de preços para atendimento de demandas eventuais, potencialmente distribuídas em diferentes locais e períodos, a participação em consórcio amplia a capacidade de atendimento das futuras contratações, conferindo maior flexibilidade operacional e mitigando riscos de descontinuidade na prestação dos serviços.

5.6. Sob o ponto de vista concorrencial, a medida também favorece a ampliação da competitividade, ao permitir que empresas de menor porte ou com atuação segmentada possam participar do certame de forma associada, sem prejuízo da responsabilidade solidária entre as consorciadas, conforme previsto na legislação.

5.7. Dessa forma, a **permissão de participação de consórcios** se revela compatível com a natureza do objeto, contribuindo para a ampliação da competitividade, a obtenção de propostas mais vantajosas e a adequada execução contratual.

## **6. EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, a ser formalizada com observância das disposições do Decreto Municipal nº 9.787/2023 e suas alterações, e da Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber.

6.2. A Contratada garantirá o fornecimento e instalação dos equipamentos necessários nos locais onde a Secretaria de Obras determinar.

6.3. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu



transcurso e, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

6.4. Os serviços deverão ser executados nos locais determinados pela Secretaria de Obras, de acordo com os prazos estipulados nas Ordens de Serviço.

## **7. REAJUSTE DE PREÇOS**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da ordem de início.

7.2. Em caso de eventuais necessidades, os preços contratados poderão ser reajustados, de comum acordo entre as partes, caso seja ultrapassado o prazo contratual, a cada período de 12 (doze) meses, com base na variação do índice **FIPE - IPC - Índice Mensal Geral, ocorrida entre a DATA DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (DATA BASE - I0) e o DECURSO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.**

7.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

## **8. GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 9.787, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total e parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente





pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais técnicos alocados na Secretaria de Obras, ao qual competirá o acompanhamento da execução do contrato, anotando toda e qualquer ocorrência.

8.6. No caso de se constatar irregularidades deverá notificar a Contratada para correção no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

8.7. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.8. No caso de ocorrência que possam inviabilizar a execução do contrato nas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.9. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil para sua tramitação, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro  
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

9.2. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante, a usuários participantes ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços.

9.4. Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a Contratada cumprir com todas as normas técnicas da ABNT, relativas aos processos de fabricação, objetos do presente Termo, no que couber.

9.5. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços acordados se realizem com profissionalismo e perfeição, dentro dos parâmetros das normas competentes.

9.6. Fornecer aos seus empregados EPI's, uniformes e crachá de identificação, de uso obrigatório durante a execução dos Serviços.

9.7. Manter um encarregado durante a execução do serviço para supervisionar o andamento das atividades e solucionar problemas se necessário.

9.8. Recrutar, em seu nome sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhes todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade do Município de Barueri.

9.9. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social.

9.10. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços sem interrupção;



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro  
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900



9.11. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados em atividade, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades.

9.12. Providenciar para que todos os seus empregados em atividade cumpram as normas relativas à segurança dos locais onde serão executados os serviços.

9.13. Ao abrigo das leis em vigor, a empresa contratada deverá providenciar, após a assinatura do contrato, a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART-CREA)** ou **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT-CAU)** dos serviços, objeto deste Termo de Referência.

## 10. ORDEM DOS SERVIÇOS

10.1. O compromisso da execução dos serviços só estará caracterizado mediante recebimento da Nota de Empenho, acompanhada da respectiva "Ordem de Serviço" ou instrumento equivalente.

10.2. As Ordens de Serviço serão expedidas, exclusivamente, pela Secretaria de Obras, por meio de modelo próprio, que consignará prazo para prestação dos serviços e demais informações necessárias.

10.3. A(s) Detentora (s) da(s) Ata(s) fica(m) obrigado(s) a cumprir integralmente as Ordens de Serviço emitidas e recebidas até a data do vencimento da(s) Ata(s) de Registro de Preços.

10.4. Decorrido o prazo da validade da(s) Ata(s) de Registro de Preços permanecerão as obrigações assumidas pela(s) Detentora a(s) de cumprir(em) as Ordens de Serviço recebidas.

10.5. Recebida(s) a(s) Ordem(ns) de Serviço, a(s) Detentora (s) deverá (ão) iniciar a execução dos serviços em 05 (cinco) dias úteis ou em outro prazo a ser determinado pela Secretaria de Obras.



10.6. Para serviços com prazo de execução superior a 30 (trinta) dias, a Contratada realizará medições mensais, até a conclusão final da Ordem de Serviço.

## **11. FORMA DE PAGAMENTO**

11.1. Mediante requerimentos apresentados à Prefeitura pela Contratada, serão efetuadas após decurso dos respectivos períodos, as medições dos serviços prestados, desde que devidamente instruídas com a documentação necessária à verificação da respectiva medição.

11.2. O valor de cada medição será apurado com base nas quantidades dos serviços executados no período, aplicados os preços unitários propostos.

11.3. Os pagamentos observarão os seguintes critérios:

11.3.1. As medições serão apresentadas até o terceiro dia útil, após o encerramento do período;

11.3.2. O órgão competente da Prefeitura Municipal de Barueri promoverá a conferência e aprovação da medição, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da apresentação;

11.3.3. As faturas dos serviços prestados deverão ser emitidas no primeiro dia subsequente à medição e aprovação dos serviços efetivamente executados;

11.3.4. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da liberação promovida pela Secretaria de Obras;

11.3.5. No caso de devolução das medições por inexatidão, o prazo para pagamento será contado da reapresentação e aceitação destas pela CONTRATANTE;

11.3.6. A empresa contratada deverá apresentar relatórios técnicos mensais dos serviços realizados durante o período de medição.



## **12. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

12.1. O recebimento provisório deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias contatos a data de pagamento da medição final.

12.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

12.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e/ou Instruções exigíveis.

12.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

## **13. CRITÉRIO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR**

### **13.1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

13.1.1. Prova de Patrimônio Líquido mínimo e/ou Capital Social mínimo **R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**.

13.1.2. Justifica-se este pedido, ao abrigo do **art. 69.º, §4.º** da Lei Federal n.º 14.133/2021, trata-se também de uma forma de segurança no sentido da Administração saber sobre a "saúde financeira" da empresa concorrente.



13.1.3. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a **90 (sessenta) dias**.

13.1.4. Caução, seguro garantia ou fiança bancaria, deverá ser no valor estipulado de 1,0% (um por cento), sobre o valor base estimado para contratação, conforme art. nº 58 e seus parágrafos da Lei 14.133 de 2021.

### 13.2. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO EM CONSÓRCIO**

13.2.1. Para a comprovação do Patrimônio Líquido mínimo e/ou Capital Social mínimo exigido, será fixado acréscimo de até 30% (trintas por cento) sobre o valor exigido do licitante individual, conforme art. 15, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

13.2.2. Admite-se o somatório dos valores apresentados pelas empresas consorciadas para fins de atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeira e técnica, observados os critérios estabelecidos neste termo.

13.2.3. As demais exigências e documentos deverão obedecer ao disposto no item 13.1. Deste instrumento convocatório.

### 13.3. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

13.3.1. Quanto à qualificação técnica profissional, será exigida da licitante a comprovação de registro ativo junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, conforme a área de atuação do profissional responsável.

13.3.2. Tal exigência decorre da natureza técnica do objeto, que envolve a operação de sistemas sanitários móveis, atividades de higienização, controle de efluentes e destinação final de resíduos, demandando responsabilidade técnica formalmente constituída, nos termos da legislação profissional vigente.



13.3.3. Será necessária a comprovação de que a licitante possui, em seu quadro permanente, na data prevista para a apresentação da proposta, ao menos um profissional legalmente habilitado, sendo admitido engenheiro sanitarista, engenheiro ambiental ou engenheiro químico. O profissional indicado deverá manter vínculo formal com a licitante na data da assinatura do contrato, o qual poderá ser comprovado por meio de contrato social, registro em carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços, sendo admitida a contratação de profissional autônomo, desde que este assuma formalmente a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

- LOCAÇÃO DE TRAILERS SANITÁRIOS, INCLUINDO O TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E DESCARTE DE RESÍDUOS

13.3.4. A exigência de profissional habilitado justifica-se pela necessidade de acompanhamento técnico contínuo das atividades operacionais, especialmente aquelas relacionadas à higienização dos equipamentos, manutenção preventiva, operação de sistemas de sucção, transporte de resíduos sanitários e comprovação da destinação ambientalmente adequada dos efluentes, atividades estas que apresentam elevado potencial de risco ambiental e sanitário quando executadas sem supervisão técnica qualificada.

13.3.5. Será exigida, ainda, a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome da licitante, pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de serviços de natureza semelhante ou compatível com o objeto da licitação, envolvendo a locação de trailers sanitários com fornecimento de transporte, instalação, operação, limpeza, higienização e destinação final de resíduos. Os atestados deverão demonstrar que os serviços executados apresentaram complexidade tecnológica e operacional equivalente, similar ou superior àquela pretendida, evidenciando a experiência prévia da licitante na gestão de atividades que demandam logística especializada, controle sanitário rigoroso e atendimento à legislação ambiental.

13.3.6. A licitante deverá indicar formalmente o responsável técnico ou coordenador dos serviços, devidamente habilitado, que será o encarregado pela condução técnica, operacional e ambiental da execução contratual, bem como pela interlocução técnica com a



fiscalização da contratante, respondendo pelo cumprimento das obrigações previstas no contrato e na legislação aplicável.

13.3.7. Por fim, deverá ser apresentada a indicação das instalações operacionais, dos equipamentos, dos veículos, do aparelhamento técnico e do pessoal especializado disponíveis para a execução do objeto, demonstrando que a licitante dispõe de estrutura compatível com a demanda prevista, incluindo capacidade logística para transporte e instalação dos trailers sanitários, operação de sistemas de sucção de resíduos e manutenção contínua dos equipamentos, bem como equipe técnica e operacional adequadamente dimensionada e qualificada para garantir a regularidade, a segurança operacional e a conformidade sanitária e ambiental dos serviços prestados.

13.3.8. **As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de qualificação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no Consórcio.**

13.4. **ATESTADO DE DESEMPENHO PARA EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO**

13.4.1. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica, conforme disposto art.67 §10 e 11, da Lei 14.133/2021:

I - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas





para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

13.4.2. Conforme subitem 13.4.1, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

#### **14. ESTIMATIVAS DO VALOR**

14.1. Conforme planilha orçamentaria base, que é parte integrante do processo licitatório, estima-se que o valor global **R\$ 2.421.542,20 (dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil, quinhentos e quarenta e dois reais e vinte centavos)** para execução da prestação do objeto.

14.2. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na média de três orçamentos obtidos junto a fornecedores do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, em atendimento aos princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência administrativa.

#### **15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

15.1. O critério de julgamento a ser adotado deverá ser o de **"menor preço global"**.

#### **16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria de Obras.

#### **17. NOTA FINAL**

17.1. O processo objeto desta licitação foi orientado e supervisionado pelo Secretário da pasta.



17.2. Este Termo de Referência originou-se com base no **Estudo Técnico Preliminar**, caracterizando uma contratação de interesse público com envolvimento de sua melhor solução.

17.3. Em todos os casos omissos, respeitar-se-á as leis em vigor, nomeadamente ao estipulado na **Lei Federal n.º 14.133/21, Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações, e pelo Decreto Municipal n.º 9.787/23.**

Barueri, 06 de maio de 2026.



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro  
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900



# Assinaturas do documento



"Termo\_de\_Referência\_Req.\_00003174\_2026"

Código para verificação: **E0VKI41C**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ALESSANDRO AUGUSTO DOS SANTOS** (CPF: \*\*\*.518.248-\*\*) em 12/06/2026 às 09:57:15 (GMT-03:00)  
Emitido por: "SolarBPM", emitido em 22/07/2025 - 08:26:46 e válido até 22/07/2028 - 08:26:46.  
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://solarbpm.barueri.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e o código **E0VKI41C** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.